

Gênese e Constituição da Educação Alimentar: Uma Síntese*

ERONIDES DA SILVA LIMA **

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo recuperar o processo de gênese e constituição da Educação Alimentar, através da análise da literatura especializada sobre alimentação, referente aos anos de 1934 a 1946. O período de 1934 a 1939 caracterizou-se pela configuração das bases científicas da alimentação racional, enquanto o período de 1940 a 1946 foi caracterizado pela síntese e definição dos marcos conceituais e disciplinares da ciência da nutrição, resultando em duas formas disciplinares para a Educação Alimentar: Higiene e Educação Alimentar, que sinalizou maior preocupação com o conteúdo, e Educação Alimentar, centrada nos instrumentos pedagógicos.

Palavras-chave: Educação alimentar; nutrição; saúde; história.

ABSTRACT

Genesis and Constitution of Alimentary Education: A Summary

This work aims at retrieving the process of genesis and constitution of Alimentary Education, throughout the analysis of specialized literature, published from 1934 to 1946. The period from 1934 to 1939 has been characterized by the configuration of scientific bases of rational nourishment, while the period from 1940 to 1946 has been characterized by synthesis and definition of conceptual and disciplinary marks of the nutrition science,

* Esta publicação apresenta as Considerações Finais da tese intitulada "Gênese e Constituição da Educação Alimentar: A Instauração da Norma", apresentada em abril de 1997 à PUC-SP, para obtenção do título de Doutora em Educação (História e Filosofia da Educação).

** Nutricionista, professora do Departamento de Nutrição Social e Aplicada do Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

resulting in two disciplinary forms for the Alimentary Education: Hygiene and Alimentary Education, which has pointed out an important preoccupation with content, and Alimentary Education, centred on pedagogical instruments.

Keywords: Alimentary education; nutrition; health; history.

RÉSUMÉ

Genèse et Constituion de l'Éducation Alimentaire: Une Synthèse

Le but de cet'article est récupérer le procès de genèse et constitution de l'Éducation Alimentaire, en analysant la littérature spécialisée en alimentation, produite entre 1934 et 1946. Le période 1934-1939 a été caractérisé par la configuration des bases scientifiques de l'alimentation rationnelle, tandis que le période 1940-1946 a été caractérisé par la synthèse et définition des limites conceptuels et disciplinaires de la science de la nutrition, dont l'effet a eu deux formes disciplinaires pour l'Éducation Alimentaire: Hygiène et Éducation Alimentaire, préoccupées avec le contenu, et Éducation Alimentaire, basée sur les instruments pédagogiques.

Mots-clé: Éducation alimentaire; nutrition; santé; histoire.

Recebido em 30/06/97.

Aprovado em 01/10/97.

O objetivo deste trabalho é apresentar sinteticamente os traços mais significativos da gênese e constituição da Educação Alimentar através da análise da literatura especializada publicada nos anos de 1934 a 1946 sob a égide de um grupo intelectual que se reconheceu como fundador do campo da ciência da nutrição e, no seu âmbito, a Educação Alimentar (Anexo).

A este respeito, embora tenha sido de grande relevância a leitura dos diversos quadros teórico-metodológicos que se debruçam sobre a crítica interna e externa na objetivação do conhecimento, a proposição teórico-metodológica de Le Goff (1994), complementada com a de Schaff (1995), no campo da ciência da história, mostrou-se eficaz para o estudo em foco, posto que permitiu tratar o conhecimento produzido sobre a Educação Alimentar não apenas como um fato histórico mas, ainda, como um fato histórico qualificado que, por causa da sua incidência sobre outros acontecimentos históricos, pode ser reconhecido como um evento passível de estudo no âmbito da ciência da história. Por esta orientação, pude proceder à identificação dos sujeitos cognoscentes, bem como o objeto construído e a hipótese orientadora do processo de produção do conhecimento instituidor da Educação Alimentar, situando-o não apenas no contexto da explicação causal, respondendo à questão do porquê esse conhecimento ter sido produzido, mas também na análise da sua dimensão finalista, procurando verificar com que objetivo ele foi produzido, explicitando os seus destinatários. Neste percurso, encontrei os fundadores deste campo em franco diálogo com outros enfoques, conceitos, temas e autores, portanto, circunscritos nas fronteiras de outros campos científicos em processo de organização e expansão no Brasil.

No marco da especificidade do campo em pauta, o documento em forma de livro foi o registro de memória deste acontecimento da história científica brasileira, enquanto produto de uma construção que comprometia a validade de uma verdade histórica e, por conseguinte, o sentido da sociedade. O novo paradigma proposto adquiriu sentido e expressão no tempo, na medida em que demarcava traços de rupturas, continuidades e descontinuidades no processo histórico das ciências. O período de 1934 a 1939 foi bem marcado por essas características, posto que esteve em pauta a configuração e lançamento das bases científicas da alimentação racional, na perspectiva da caracterização inicial do objeto e dos modelos explicativos da ciência da nutrição/educação alimentar em formação. Os intelectuais, ao elegerem a fome e a subalimentação na conformação do objeto de investigação da ciência da nutrição/educação alimentar — enfatizando a I Grande Guerra

como marco histórico em que essa ciência adquiria externamente o seu estatuto a partir da fisiologia e da experimentação biológica dos alimentos, no desvendamento das doenças carenciais, ultrapassando a fase químico-analítica —, justificavam a escolha do problema social significativo brasileiro — fome e subalimentação — em sua contemporaneidade, zerando o quadro social e médico-sanitário interno. Neste sentido, a ciência da nutrição/educação alimentar em construção precisava se diferenciar do passado. Ao afirmar que a fome e a subalimentação eram um fato social *sui generis*, os intelectuais indicavam que esse fato só podia ser compreendido nos marcos da biossociologia, pela interseção do método fisiológico com o método geográfico, buscando definir, assim, a especificidade de uma ciência que pretendiam construir. Neste sentido, para eles, o descompasso do Brasil em relação aos países adiantados estava no empirismo dos estudos até então desenvolvidos, sem caráter sistemático de um método único por meio do qual teoria e empiria se aproximassem. Além de os estudos serem marcados pelo ensaísmo, estavam dispersos no interior de campos afins, como a Sociologia, a Antropologia, a Higiene, a Puericultura etc., num momento em que não existia também um espaço específico (a Universidade) no interior do qual o saber sobre alimentação pudesse adquirir autonomia. Se havia, então, um elo de continuidade com a temática do passado, este deveria ser submetido a um processo de reinterpretação.

Nesse momento renovador, em que a medicina se orientava pela moderna fisiologia, a ciência da nutrição se impunha como verdade. Havia um problema social a ser resolvido, pois o estado das sociedades, durante a I Grande Guerra, indicava que a maioria da população vivia em subalimentação, enquanto uma minoria desperdiçava alimentos comprados. A nova era da nutrição estava vinculada a esta causa social, que mobilizou os países a encará-la a seu modo, contando, para isso, com a criação dos institutos de ensino e pesquisa, tendo em vista uma distribuição racional de alimentos em que todos pudessem comer. Neste enfoque, ficou perceptível a relação operada entre conhecimento e sociedade, sob a afirmação de que foi o fator econômico que levou ao surgimento dos estudos sobre alimentação e nutrição pois, nas circunstâncias da guerra, o alimento era um “capital” cujo rendimento dependia do seu melhor emprego.

Outra visão, embora minoritária, prescindiu de uma justificação externa na delimitação do problema social — a fome e a subalimentação — enquanto objeto de investigação científica, posto que era a evidência dos fatos que desafiava a ciência. A justificação da escolha desse problema estava muito

O objetivo deste trabalho é apresentar sinteticamente os traços mais significativos da gênese e constituição da Educação Alimentar através da análise da literatura especializada publicada nos anos de 1934 a 1946 sob a égide de um grupo intelectual que se reconheceu como fundador do campo da ciência da nutrição e, no seu âmbito, a Educação Alimentar (Anexo).

A este respeito, embora tenha sido de grande relevância a leitura dos diversos quadros teórico-metodológicos que se debruçam sobre a crítica interna e externa na objetivação do conhecimento, a proposição teórico-metodológica de Le Goff (1994), complementada com a de Schaff (1995), no campo da ciência da história, mostrou-se eficaz para o estudo em foco, posto que permitiu tratar o conhecimento produzido sobre a Educação Alimentar não apenas como um fato histórico mas, ainda, como um fato histórico qualificado que, por causa da sua incidência sobre outros acontecimentos históricos, pode ser reconhecido como um evento passível de estudo no âmbito da ciência da história. Por esta orientação, pude proceder à identificação dos sujeitos cognoscentes, bem como o objeto construído e a hipótese orientadora do processo de produção do conhecimento instituidor da Educação Alimentar, situando-o não apenas no contexto da explicação causal, respondendo à questão do porquê esse conhecimento ter sido produzido, mas também na análise da sua dimensão finalista, procurando verificar com que objetivo ele foi produzido, explicitando os seus destinatários. Neste percurso, encontrei os fundadores deste campo em franco diálogo com outros enfoques, conceitos, temas e autores, portanto, circunscritos nas fronteiras de outros campos científicos em processo de organização e expansão no Brasil.

No marco da especificidade do campo em pauta, o documento em forma de livro foi o registro de memória deste acontecimento da história científica brasileira, enquanto produto de uma construção que comprometia a validade de uma verdade histórica e, por conseguinte, o sentido da sociedade. O novo paradigma proposto adquiriu sentido e expressão no tempo, na medida em que demarcava traços de rupturas, continuidades e descontinuidades no processo histórico das ciências. O período de 1934 a 1939 foi bem marcado por essas características, posto que esteve em pauta a configuração e lançamento das bases científicas da alimentação racional, na perspectiva da caracterização inicial do objeto e dos modelos explicativos da ciência da nutrição/educação alimentar em formação. Os intelectuais, ao elegerem a fome e a subalimentação na conformação do objeto de investigação da ciência da nutrição/educação alimentar — enfatizando a I Grande Guerra

mais na necessidade da configuração instrumental e política do conhecimento científico em processo de elaboração, pois sobre isso já se escrevia, mas nada de prático havia sido feito para a sua solução.

Neste percurso, a definição da tese *mal de fome e não de raça* unificou os intelectuais em torno desse problema, embora a sua demonstração tenha levado também a diferentes enfoques metodológicos. Contudo, a unanimidade em torno da fisiologia como ponto de partida para os estudos sobre a alimentação, ao tempo em que já se acenava com a perspectiva de articulação da dimensão fisiológica com a dimensão social, não deixava tão óbvio, à primeira vista, o sentido dessa aproximação. No entanto, foi ficando claro que a primazia atribuída ao fisiológico revelava, em primeira instância, um interesse dirigido do normal para o patológico, com a finalidade de uma ação racional sobre o patológico, pois o conhecimento da fome/subalimentação foi procurado por meio da fisiologia e a partir dela, na perspectiva da constituição do conceito de racionalidade alimentar, em franca ruptura com o empirismo. Por outro lado, a formulação da tese *mal de fome e não de raça* se dava num momento em que se operava a passagem da antropologia física para a antropologia cultural, redefinindo o estatuto desse campo, retirando o preconceito de meio e de raça da discussão genética para a discussão cultural apontando novos vilões, entre outros, a dieta insuficiente.

Com isto, os intelectuais refutavam a doutrina racial de Goubineau (1853-1855), aperfeiçoada pela antropologia física, que influenciava os estudos raciais no Brasil da República Velha, e se aproximavam da antropologia cultural da escola americana de Franz Boas, difundida no Brasil por Gilberto Freyre, seu discípulo, que se tornou um interlocutor privilegiado no conjunto da produção sobre alimentação e nutrição. Mas, se esta teoria do valor cultural se afastava do biológico em direção ao social, fornecendo aos intelectuais elementos para a justificação da tese *mal de fome e não de raça*, estes, ao produzirem a base cognitiva do campo da ciência da nutrição, e no seu âmbito a Educação Alimentar, reconstituíram o biológico como um fator de evolução social em novas bases: a fisiologia era o ponto de partida, sendo o clima uma das categorias explicativas fundamentais no estudo das constantes fisiológicas do indivíduo. Sendo o biotipo determinado pelo conjunto dos fatores intrínsecos inerentes ao indivíduo e de fatores extrínsecos dependentes do meio ambiente, era a alimentação o fator extrínseco mais importante na constituição do biotipo humano, desde o momento da sua concepção, e não o clima e a raça.

Para eles, portanto, a doutrina racial de Goubineau sobre a desigualdade das raças não adquiria um estatuto de ciência e, além disso, estava fora do lugar porque éramos todos mestiços e não cabia entre nós a definição do tipo racial puro: era pela alimentação que se fazia a valorização eugênica do homem. Para isto, a fisiologia comparada se mostrou eficaz na determinação das constantes fisiológicas do homem brasileiro, considerando o nosso clima tropical, evidenciando que entre nós havia diferenças em relação aos padrões externos, variáveis em função da idade e do sexo, que não traduziam a inércia de um determinismo geográfico (nem da raça), mas a estabilidade de uma particularidade fisiológica construída em condições definidas por um esforço coletivo, inconsciente, porém real. Era a categoria trabalho que, em suas diversas modalidades, imprimia as variações significativas nas necessidades energéticas do indivíduo, sendo elemento fundamental na determinação da alimentação racional. Nesta perspectiva, os intelectuais chegaram à definição das quatro convenções particulares da linguagem científica na construção do conceito de racionalidade alimentar: quantidade, qualidade, harmonia e adequação. Tal equilíbrio só podia ser alcançado com uma alimentação mista. Assim, à luz da fisiologia, foram constituídas, no período de 1934 a 1939, as bases da dietética como matriz instrumental, através da qual podia ser decifrado o fenômeno da fome/subalimentação, na demonstração de que os males que atacavam o povo brasileiro eram um *mal de fome e não de raça*.

Mas, por que meios se efetuaram os elementos de ruptura e descontinuidade na configuração do novo paradigma proposto? Os intelectuais, ao adotarem as expressões “homem-máquina” e “alimento-combustível” preservavam, de fato, os postulados da bioenergética de Lavoisier e Laplace, bem como a biometria de Quetelêt, submetendo-os a um processo de reinterpretação. Na visão de Lavoisier e seus seguidores, para o trabalho incessante e renovação orgânica, a máquina viva, como qualquer máquina morta, necessitava de combustível e esse combustível era o alimento. Nisto residia o postulado de que os seres vivos estavam sujeitos às leis gerais da natureza e que suas manifestações eram expressões físico-químicas. No novo paradigma proposto, esta comparação corrente nos livros de alimentação, a partir da bioenergética de Lavoisier, tinha baixa eficácia explicativa, pois havia radical diferença entre combustível e alimento, entre máquina morta e máquina viva. Na máquina mecânica, o combustível fornecia energia que se traduzia em força, em trabalho, em movimento, mas as peças quando se gastavam só se regeneravam por conserto ou substituição, com

o auxílio de um terceiro. Na máquina orgânica, porém, além da energia e do calor resultantes, o alimento repunha os gastos ocorridos e refazia as células, tecidos e órgãos, de modo que esses se renovavam automaticamente, por si mesmos. Significa dizer que tal comparação carecia de sentido, porque o organismo não empregava para as suas atividades o calor de combustão dos próprios alimentos, mas utilizava diretamente a energia química neles contida e no O_2 que, por necessidade, era medida calorimetricamente, mas que, no corpo, realizava outras transformações. Por outro lado, os alimentos não mais podiam ser concebidos como combustíveis, visto que desempenhavam no organismo três papéis fisiológicos diferentes: papel energético, que só tinha valor quantitativo; papel plástico e papel regulador, ambos com valores qualitativos específicos.

Pela fisiologia (apoiada no estudo experimental dos alimentos), os intelectuais buscaram desmecanizar o homem brasileiro e restituir-lhe a qualidade negada não só pelas leis da bioenergética de Lavoisier, mas também pelas teses que viam no clima e na raça a explicação para a sua indolência e baixo rendimento no trabalho. O homem passou a ser concebido como capital humano e, neste sentido, ele precisava ser qualificado em sua resistência física e robustez por uma alimentação cientificamente racional que, aproximando os pólos de oposição entre quantidade e qualidade, assegurasse rendimento compensador. É certo que, neste enfoque, algo parecia escapar da história. Não se constituiu em questão fundamental no conjunto da produção, o fato de que, paralelamente à moderna fisiologia, já se instalava no Brasil todo um arsenal tecnológico-industrial, inclusive no campo da saúde e de alimentos, que parecia privilegiar muito mais os consertos e substituições, reforçando a concepção homem-máquina, do que a relação de equilíbrio entre o homem e o alimento.

A despeito disto, o uso da fisiologia como ponto de partida nos estudos sobre a alimentação visou não apenas estabelecer previamente uma normatividade vital e seus verdadeiros limites de variação, mas se aproximando da geografia humana de La Blache, assegurava as condições para o conhecimento de uma ecologia do homem. Para além do seu valor biológico, o alimento tinha também um valor cultural, e só poderia ser concebido como elemento de aperfeiçoamento racial sob as modificações do complexo ecológico, à luz do método geográfico, constituindo o inquérito alimentar como instrumento fundamental à investigação da alimentação coletiva. Na demonstração da tese *mal de fome e não de raça*, os intelectuais que fizeram uso do conceito geográfico investigaram como o brasileiro construí

coletivamente um determinado gênero de vida em estreita conexão com o meio natural e cultural, entendendo a região como espaço dotado de autonomia.

Neste sentido, a fome e a subalimentação foram concebidas no plano da causalidade como desequilíbrios decorrentes do modo de organização do sistema econômico produtivo fundado na monocultura que, ao limitar o acesso aos alimentos, formava hábitos defeituosos desde os tempos coloniais, e mantinha os níveis salariais do trabalhador em posição incompatível com a reprodução da sua força de trabalho. No entanto, foi da constatação de que as classes pobres padeciam de subalimentação quantitativa global (fome) enquanto as classes ricas também se alimentavam mal e se situavam no limiar da subalimentação qualitativa, que se afirmou a ignorância como categoria justificadora da Educação Alimentar. A visão compartilhada mesmo por aqueles que não usaram o método geográfico foi de que, no plano da produção, estas classes se diferenciavam e no plano do consumo elas se igualavam pela ignorância. Como vimos, se o trabalhador alimentava-se mal por pobreza e ignorância, as pessoas abastadas também não sabiam comer. A fome e a subalimentação eram essencialmente uma patologia social. No marco deste trabalho, o dado mais importante a reter deste enfoque é que os hábitos alimentares errôneos enquanto manifestações da ignorância que igualavam as diferentes classes, foram concebidos muito mais no plano da cultura material (produção/consumo) e numa relação imediata de corporeidade entre as classes, do que como expressões particulares historicamente construídas no âmbito da cultura global enquanto amálgama das múltiplas determinações da fome/subalimentação. Além disso, o termo “classe” foi usado como categoria descritiva, o que é perfeitamente compreensível, pois o quadro teórico da geografia de La Blache não trabalhava com essa categoria, mas com agrupamentos humanos. Nisto reside a questão: o que se revela com a própria atividade subjetiva na produção das idéias, códigos e regras culturais que definem os usos corporais, hábitos e práticas alimentares que possibilitam individualizar estas classes sociais e apontar os traços distintivos das suas relações, se a formação e a persistência dos hábitos errôneos se dá no âmbito do processo de produção material? Isto implicaria o estudo do modo como se constituíram as classes sociais no Brasil e como, no âmbito das relações sociais da produção material, se constituem e se revelam, no tempo, as idéias e códigos culturais sobre o alimento e a dietética, não somente no plano das relações de corporeidade, mas também na transcendência desse plano para a arte (música, dança, pintura, artesanato

etc.), a literatura, o sexo, os rituais festivos e religiosos, os espaços de trabalho públicos e privados, os meios de comunicação de massa, os espaços comerciais e de consumo coletivo, os espaços de organização política, entre outros, no âmbito rural e urbano.

Enfim, o que uniu os intelectuais em torno da demonstração da tese *mal de fome e não de raça* no período de 1934 a 1939 foi a perspectiva do aperfeiçoamento do conceito de eugenia como fator de evolução social, à luz de dois modelos explicativos diferentes: o método geográfico de fundo ambientalista (que assimilava a fisiologia), pelo qual foi possível operar a conexão entre o biológico e o social, dimensionando o coletivo como meta e o método fisiológico exclusivo, pelo qual a conexão entre o biológico e o social foi abstraída no indivíduo, na medida em que reduziu variáveis sociais econômicas e culturais ao nível da justificação por uma bordagem centrada prioritariamente nas características do indivíduo. Embora minoritária, esta tendência, que usou o método fisiológico exclusivo, não pode ser desprezada, dado que revelou substancialmente uma maneira peculiar de conceber o objeto da ciência da nutrição/educação alimentar, a qual pode ser investigada em futuras pesquisas que porventura se debrucem sobre o grau e o modo de assimilação das duas tendências no desenvolvimento posterior desse campo.

À parte as diferenças, outro ponto que aproximou os intelectuais na constituição das bases científicas do campo em foco foi o princípio pelo qual a produção do conhecimento adquiria significado não apenas pela perspectiva de aplicação de um método único que individualizasse a nutrição como ciência e, no seu âmbito, a Educação Alimentar, mas também pelos resultados que de imediato pudesse apresentar. A delimitação das linhas básicas do plano de política alimentar nacional, na qual a Educação Alimentar se constituiu como instrumento mais eficaz, traduziu essa dimensão finalista e política do conhecimento, atribuindo à ciência em formação seu caráter de instrumentalidade enquanto vetor de utilidade social. Isto sinalizou que, de fato, não basta analisar os dilemas da política alimentar estatal/institucional contemporânea sem adentrar no processo que lhes deu origem e forma no plano das idéias. As evidências não deixam dúvidas de que teoria e ação se constituíram numa unidade tão fundamental que conhecimento e política alimentar foram elementos indissociáveis na constituição das bases científicas da alimentação racional levando, na órbita dos resultados imediatos, entre outros, à criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social — SAPS (1940), reconhecido pelo grupo intelectual como primeira instituição implementadora das medidas cientificamente preconizadas. No seu nascedouro,

embora no plano das idéias de Carmo (1937) e Moscoso (1939), por exemplo, a política alimentar preconizada sinalizasse para reformas mais amplas, ela se afirmou em bases de cunho assistencialista e paternalista no horizonte do Estado Novo, que combinava, através dos restaurantes populares, distribuição de refeições baratas aos trabalhadores e educação alimentar para lhes ensinar a comer e a economizar. Em última instância, o que estava em questão era a intervenção na cultura no âmbito de um Estado que tomava para si, como tarefa prioritária, não somente o projeto de organização da cultura, mas também os instrumentos e modos pelos quais deveria promover as mudanças nesse campo. Evidentemente, isto se apresentou como um dado significativo para o entendimento das bases pelas quais a Educação Alimentar se constituía no período de 1934 a 1939.

Neste aspecto, a definição dos campos disciplinares no interior da ciência da nutrição em formação, no período de 1940 a 1946, trouxe no seu bojo o reconhecimento preciso e operatório do objeto em torno do qual esta ciência deveria se institucionalizar. Por um processo de síntese e reordenamento do conhecimento produzido, os intelectuais se reconheceram mutuamente como grupo fundador deste campo, ao tempo em que reconheceram os precursores na história, definindo os marcos conceituais e terminológicos do primeiro campo disciplinar: história e fisiologia. Na perspectiva do ensino e atuação, os intelectuais, ao definirem este campo disciplinar reiterando os elementos de ruptura operados na construção do paradigma científico proposto, delimitaram internamente não somente os pontos de estudo desta disciplina, como também uma nova especialidade/profissão no campo médico: o dietólogo/nutrólogo. O detalhamento com que tal processo foi definido, a meu ver, esclarece a polêmica questão que se alonga atualmente sobre a identidade do campo científico da nutrição e, conseqüentemente, a identidade da profissão do nutricionista, no âmbito de uma formação subordinada ao campo médico do qual se originou.

Não obstante a dificuldade em atribuir inicialmente uma terminologia definitiva para as especialidades, ficou bastante evidente que os intelectuais, ao constituírem a razão/dieta racional como objeto da ciência da nutrição circunscrito ao âmbito da dietética, definiram o dietólogo/nutrólogo como o fisiologista que, ao receber uma formação capaz de desvendar os segredos do organismo no tocante às alimentação e nutrição se distinguiu, *a priori*, dos químicos, físicos, bacteriólogos e fisiólogos e, *a posteriori*, do dietista. Se o campo disciplinar da dietética era o espaço da prática, realizando e executando o que a fisiologia e a higiene prescreviam e ensinavam, como

definia Veloso (1940), e sendo a alimentação um processo social a ser examinado sob esse aspecto técnico, a formação do dietista era uma das primeiras condições para assegurar o estatuto da ciência da nutrição e, por conseguinte, da alimentação. O dietista era o traço de união entre o nutrólogo e o alimento, estando a sua missão destinada à produção de refeições balanceadas para pessoas sãs e pessoas doentes. Se o dietólogo/nutrólogo era o fisiologista capaz de desvendar os segredos do organismo no que se refere à alimentação e corrigir as patologias a ela subjacentes, estava claro que a ele cabia a prescrição da dieta. Por outro lado, se a fisiologia era a base teórica da dietética, a ele cabia, também, a produção das pesquisas, conceitos e teorias neste campo e ao dietista cabia absorver o instrumental técnico criado pela dietética, para o seu exercício nas fábricas, colégios, restaurantes, hospitais etc. e, por conseguinte, na orientação da cozinha dietética. Os primeiros cursos de nutrição foram organizados e instituídos no período de 1940 a 1946 no Distrito Federal, sob esta orientação.

Nisto reside a diferença fundamental que esclarece a crise de identidade do nutricionista e sua formação, e com isto, do próprio estatuto científico do campo da nutrição, uma vez que a dieta é o objeto que confere identidade a essa ciência sob o escrutínio direto da dietética. Por outro lado, como pude observar, a expansão do ensino da nutrição na formação do médico indica não somente um fortalecimento dessa formação, mas também uma constante preocupação do setor.

Foi neste processo que se apresentaram duas tendências na definição do campo disciplinar da Educação Alimentar. Na primeira tendência, a Educação Alimentar foi definida como tema integrante do campo disciplinar da higiene alimentar. A tomar por referência a própria definição de higiene alimentar como a razão de ser da ciência da nutrição e campo de aplicação da fisiologia enquanto espaço de sistematização de um conjunto de preceitos a serem buscados em todos os campos do conhecimento, para além da medicina foi possível compreender a amplitude de abordagens que envolveu o conjunto de temas constituidores desse campo, ficando evidente a sua característica inter e multidisciplinar. Significa dizer que vincular a Educação Alimentar ao campo da higiene alimentar foi subordiná-la aos desígnios dos múltiplos enfoques desse campo, assegurando uma visão ampliada desta modalidade educativa, preservando as características centrais que uniram o grupo fundador em torno da sua constituição: a ignorância como matriz justificadora do seu sentido, os temas do seu âmbito, bem como a definição dos procedimentos e recursos pedagógicos orientadores de um plano de

ensino da alimentação em três níveis — escola primária, escola secundária e universidades. Nesta tendência abrangente, a Educação Alimentar não se configurou como campo disciplinar específico. Coincidentemente, o primeiro curso de nutricionistas, criado em 1944 no âmbito da política do SAPS, institucionalizou a disciplina Estatística e Educação Alimentar. Se isto sinalizava para um momento de indefinição desse campo, por outro lado não havia ainda o espaço acadêmico em que ocorreria a sua autonomização. Prova disto foi a criação, em 1944, do segundo curso de nutricionistas do Distrito Federal, no interior da Secretaria Geral de Saúde e Assistência da Prefeitura, o qual não incorporou em seu currículo a Educação Alimentar.

Na segunda tendência, a definição deste campo disciplinar passou muito mais pela delimitação precisa da sua instrumentalidade. Esteve em questão a definição precisa e operatória dos procedimentos de ensino e dos recursos pedagógicos necessários à incorporação do padrão dietético racional e, por conseguinte, dos princípios de normatividade a ele subjacentes. Tudo leva a supor que, desta maneira, o campo disciplinar em foco ficava restrito à transmissão dos preceitos preconizados pela higiene alimentar. Configurando-se, assim, como campo disciplinar específico e isolado das múltiplas abordagens do campo da higiene alimentar, a Educação Alimentar se definia em bases cognitivas estreitas e estritamente técnicas, e nisto ela diferia substancialmente da proposição anterior, em que a educação era parte do conjunto temático da higiene, inserida, portanto, numa visão mais ampliada das questões alimentares e nutricionais brasileiras. No entanto, mesmo nesse nível a Educação Alimentar foi definida como um meio e não um fim em si mesma. Significa dizer que a diferença entre a primeira e a segunda tendência estava muito mais na intensidade do conteúdo e não na essência da sua justificação. Vinculada à higiene alimentar, a educação foi definida em função do conteúdo e não de sua especificidade pedagógica, enquanto, na forma específica, se afirmava pela ótica da constituição e uso dos instrumentos de difusão dos preceitos da higiene alimentar. Isto faz sentido, quando vimos que foram exatamente os intelectuais que definiram a Educação Alimentar como campo específico centrado nos instrumentos, que elaboraram cartilhas, folhetos etc., materializando, na prática, para os destinatários (escolares, trabalhadores), tal proposição. Com isto, as duas tendências estiveram postas, ao tempo em que se fundavam as instituições propulsoras do movimento educacional contra a má nutrição, na perspectiva da preservação da saúde coletiva, para que não se quebrasse o ritmo de produção e capacidade das forças vitais da nação, empenhados no esforço de guerra:

o Serviço Técnico da Alimentação Nacional — STAN, e o Instituto de Tecnologia Alimentar.

Vale assinalar que se consolidaram, neste esforço de guerra — em que marcaram presença as missões norte-americanas no país — as duas preocupações que permearam a leitura da situação alimentar brasileira e, por conseguinte, a constituição da Educação Alimentar: uma preocupação acentuatadamente técnica, voltada para o uso de referências norte-americanas e da obra do argentino Pedro Escudero, principal difusor deste modelo nos países sul-americanos; e outra, de vocação teórico-metodológica, mais vinculada à França, através da geografia de La Blache. Tal fato assinalava a presença ainda forte da influência francesa na afirmação do campo científico no Brasil, a exemplo da própria geografia que foi institucionalizada sob a égide da orientação francesa.

Neste sentido, o método geográfico revelou a dimensão do objeto, quando Castro (1946) delimitou a geografia da fome, traçando o mapa alimentar brasileiro, abrangendo cinco diferentes áreas alimentares, cada uma delas dispondo de recursos típicos, com sua *dicta habitual* apoiada em determinados produtos regionais e com seus efetivos humanos. Numa visão do conjunto brasileiro, este autor fez uma síntese de sua abordagem, concluindo que fome neste país era conseqüência, antes de tudo, do seu passado histórico, com os grupos humanos sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Neste modelo explicativo, foi consolidada uma tendência dualista em torno da existência de dois brasis, cuja evolução social (e alimentar) se fazia em função de dois pólos produtivos: o moderno e o arcaico. Ao contrário da área Amazônica e do Nordeste açucareiro, que eram áreas endêmicas de fome, e o sertão nordestino onde a seca provocava surtos epidêmicos de fome, as áreas Central e do Sul eram áreas de deficiências alimentares discretas e menos generalizadas. Não eram áreas de fome no sentido rigoroso do termo, mas áreas de subnutrição, de desequilíbrio e de carências parciais, restritas a determinados grupos ou classes sociais. Se até então o problema alimentar havia sido traduzido nos termos “subalimentação quantitativa”, “subalimentação qualitativa”, “subalimentação unilateral”, nesta obra o termo “fome” foi definido em toda a sua complexidade, nos limites do método geográfico, como expressão dos diversos gêneros de vida, impostos pelo latifundiarismo e pela monocultura com toda a sua carga de arcaísmo num Brasil em vias de modernização.

Nesta perspectiva, o homem não parecia ser tão ignorante como se postulava, ou ainda, a ignorância não era um atributo que igualava classes

pobres e classes abastadas e, menos ainda, um atributo individual. Em meio às opressões do latifúndio e da monocultura, o homem estava sempre a melhorar seu regime local. A fome não foi definida tanto em função das deformações inerentes às características dos arranjos culinários, mas da opressão do latifundiarismo. Nesta viagem ao conjunto das práticas alimentares regionais do dia-a-dia da população, Castro relativizou as características perniciosas dos hábitos alimentares com sua correspondente arte culinária até então rebatida pelos demais autores. A passagem da fisiologia à geografia possibilitou visualizar o homem brasileiro, não como entidade, mas o homem concreto, que habitava as diversas paisagens do país, em constante luta com os obstáculos do meio geográfico.

Neste enfoque, a Educação Alimentar também não foi tratada como um campo específico centralizado nos recursos pedagógicos para a transmissão dos conhecimentos básicos da higiene alimentar, mas vinculado à higiene alimentar e circunscrito à situação global da alimentação do povo. Neste sentido, a Educação Alimentar encerrava a amplitude dos aspectos estudados sob a orientação do método geográfico, o qual permitia, em última instância, tratar a fome numa perspectiva ecológica. Significa dizer que Castro superou o enfoque centrado apenas na educação do trabalhador, no fornecimento de refeições e na distribuição de alimentos, que havia sido assimilado nas estratégias populistas do SAPS (1940), cujo destaque central era a correção dos hábitos alimentares dos operários, como já vimos anteriormente. A fome foi circunscrita, definitivamente, no campo do debate sobre a organização do Estado e da política econômica. Castro aderiu àquelas que acreditavam na viabilidade da nação e se mobilizavam em torno da questões postas pela crise política e cultural do Estado Novo.

O desenvolvimento progressista da economia liberal e o desenvolvimento planejado começavam a se anunciar nos horizontes da intelectualidade, mais aberta às novas tendências do final da guerra. Foi na emergência deste novo contexto cultural e político, no qual surgiam as primeiras idéias desenvolvimentistas, que Castro preconizou a estruturação de um plano sistematizado de política alimentar, tomando em consideração os diferentes aspectos biológicos, econômicos e sociais que interferiam no mecanismo do complexo problema alimentar: incremento da produção agrícola através de reforma agrária (combate ao latifundiarismo improdutivo, combate à monocultura, aproveitamento racional de todas as terras cultiváveis, intensificação do cultivo de alimentos sob a forma de policultura, mecanização intensiva da lavoura, controle e orientação da produção total com vistas à satisfação das neces-

sidades alimentares mínimas do povo, financiamento bancário à agricultura, amparo e incentivo ao cooperativismo); intensificação dos estudos técnicos de Bromatologia e de Nutrologia.

Por este prisma, pode entender o significado da *Geografia da Fome* enquanto marco de amadurecimento, não apenas do percurso intelectual de Castro, mas de um ciclo de estudos pioneiros de um grupo fundador da ciência da nutrição/educação alimentar no Brasil que chegava, no ano de 1946, à consolidação e inauguração de um novo paradigma à luz do método geográfico. Neste sentido, a referida obra não revelou rupturas com a produção inicial do grupo, mas reorientou, em certa medida, o enfoque até então travado em torno da relações entre fome, eugenia e evolução social, abrindo novas perspectivas que sinalizavam para o começo de um novo tempo. A fundação do Instituto de Nutrição, em 1946, na Universidade do Brasil, então recentemente criada, representou um marco na inauguração institucional do paradigma construído como fruto de um intenso movimento que se projetou no cenário cultural global do país. O campo disciplinar Higiene e Educação Alimentar foi afinal incorporado no currículo do curso de nutricionistas, criado em 1948 neste Instituto, sob a direção de Josué de Castro. Com isto, pode perceber que a Educação Alimentar foi assim concebida no marco da institucionalização da ciência da nutrição, tendo como objeto o hábito alimentar sobre o qual esta modalidade educativa deveria se debruçar.

Recuperando o caminho percorrido, pode notar que a questão que esteve posta para os intelectuais fundadores deste campo foi a de definir o objeto da ciência da nutrição no universo do saber. De fato, embora houvesse preocupação em apontar os laços do campo em formação com os demais ramos do saber, os fundadores buscaram acentuar as relações entre o objeto da nutrição, que era a razão alimentar racional, com os outros aspectos tangíveis da realidade. Isto trouxe implícito o entendimento de que é o correto conhecimento dos diversos aspectos dessa realidade que nos permite, a um dado momento da evolução do pensamento científico, definir melhor cada aspecto e, paralelamente, toda a realidade. Neste aspecto, há que se reconhecer que a tarefa de definir o campo da ciência da nutrição/educação alimentar foi em si mesma multiplicadora, dado que a nova síntese obtida permitiu um novo avanço sobre o trabalho iniciado pelos precursores.

No entanto, não obstante o esforço para delimitar o objeto da nutrição, dando-lhe assim contornos diferentes das outras disciplinas e campos (Sociologia, Higiene, Antropologia, Economia, Puericultura etc.), ficou posto que o referido objeto (ração/dieta) era do domínio de vários campos, o que levou

à justificação de que era pelo método geográfico construído que a nutrição deveria se individualizar, tendo como suporte técnico a Dietética. A consequência final deste procedimento estava, assim, na preservação da interdisciplinaridade, uma vez que o objeto desta ciência particular — a nutrição — não era algo rígido fechado nela mesma, incapaz de evoluir e de mudar. Significa dizer que este é um dado fundamental para desfazer o equívoco atual em torno da perspectiva interdisciplinar do campo em pauta, na medida em que apontou que o uso de ingredientes de origens múltiplas não confundem o especialista e lhe permite manter-se no âmbito da sua própria busca. Ao contrário, o grande mérito de uma interdisciplinaridade bem concebida é exatamente o de disciplinar o trabalho interior do referido campo particular da nutrição, pois está sempre a lhe abrir novos caminhos, graças ao contato salutar dos outros ramos do saber. Foi por esta ótica que os intelectuais conceberam o objeto deste campo, definindo a sua identidade.

Contudo, a identificação do objeto não teria significação se os intelectuais não tivessem sido capazes de definir-lhe as categorias fundamentais, as quais embora mutáveis com a história, constituiriam uma base duradoura e, por isso mesmo, um guia efetivo para a teorização. Sem isto, eles não teriam desmembrado o todo através de um processo de análise, no período de 1934 a 1939, para reconstruí-lo depois de um processo de síntese, definindo os diversos campos disciplinares internos do campo construído no período de 1940 a 1946. Assim, eles podiam inclusive reconhecer que outras disciplinas científicas eram capazes de auxiliar e dar a sua colaboração. Portanto, o dado fundamental em evidência neste procedimento foi a eleição das categorias analíticas inerentes ao objeto, para com elas construir um conjunto coerente, dotado de uma lógica interna, pois, do contrário, não teria sido possível o esforço interdisciplinar para elevar o conhecimento produzido a este patamar de progresso. Foi nesta perspectiva que o método geográfico de La Blache foi eleito como o guia iluminador da constituição do campo da ciência da nutrição/educação alimentar.

Contudo, é possível sintetizar rapidamente os limites do referido método utilizado com na constituição da ciência da nutrição/educação alimentar. Como observei no desenvolvimento deste trabalho, La Blache introduziu a idéia das descrições aprofundadas, como a forma mais refinada do raciocínio geográfico, mostrando como as paisagens de uma região são o resultado das superposições, ao longo da história, das influências humanas e dos dados naturais. Neste sentido, as paisagens são essencialmente uma herança histórica. Era por este prisma que ele reagia à tese determinista de Ratzel,

segundo a qual os dados naturais exerciam influência direta e determinante sobre os fatos humanos e dava importância à história, para estudar as relações entre os homens e os fatos físicos.

Neste aspecto, a crítica de Lacoste (1988) é sugestiva para retermos o aspecto limitante fundamental da aplicação da geografia lablacheana na constituição da ciência da nutrição. Para este autor, embora La Blache reconhecesse que a geografia humana era o essencial na análise dos fatos humanos, ao marcar a ruptura entre a geografia e as ciências sociais (tal como concebia Durkheim), ele reduzia a geografia humana ao estudo das formas de *habitat*, a repartição espacial da população. Esta concepção lablacheana da geografia, que apreende o homem na sua condição de habitante de determinados lugares, coloca, de fato, o estudo dos fatos humanos na dependência dos fatos físicos que, embora transformados pela evolução dos homens, continuam físicos. Apesar das referências à história, os lugares são essencialmente concebidos como físicos (espaços naturais, meios geográficos). O papel do geógrafo é o de talhar sua fisionomia e de mostrar que seus traços resultam de uma harmoniosa interação entre as condições naturais e heranças históricas antigas. Tal descrição impõe uma única forma de dividir o espaço e esta não convém, de forma alguma, ao exame das características espaciais dos fenômenos urbanos, industriais, políticos etc. De fato, esta foi uma lacuna evidenciada no conjunto da produção sobre alimentação e nutrição, pois a formação e persistência dos hábitos alimentares errôneos foi buscada apenas no modo de formação colonial. O acréscimo de enfoques sobre a indústria, as cidades e os problemas agrícolas não mudou a essência da noção de região. Considerando que foi utilizado na produção em foco, a visão mais restrita da geografia de La Blache, *Princípios de Geografia Humana* — com que tive contato — posso fazer minha as palavras de Lacoste (1988:62).¹

“Será preciso muito tempo para aqueles geógrafos que desde alguns decênios se preocupam com os problemas econômicos, sociais e políticos, em particular sob a influência do marxismo, perceberem que esse procedimento vidaliano, tão admirado, reproduzido por um monte de gente que nunca ouviu sequer falar de VIDAL DE LA BLACHE, é, de fato, um subterfúgio particularmente eficaz, pois ele impede de apreender eficazmente as características espaciais dos diferentes fe-

¹ A esse respeito, ver também Gottdiener (1993).

nômenos econômicos, sociais e políticos. De fato, cada um deles tem uma configuração geográfica particular que não corresponde à da 'região'".

Para Santos, nas condições atuais da economia mundial, a região não é mais a uma realidade viva dotada de uma coerência interna, posto que ela é definida do exterior e seus limites mudam em função de critérios diversos. Há leis cuja escala ultrapassa a dimensão do lugar e que podem representar um papel decisivo. Nestas condições, a região deixou de existir em si mesma:

"No que diz respeito aos problemas alimentares, buscamos mostrá-lo [...] quando dissemos que 'a principal característica de uma geografia geral de alimentação é insólita e parece paradoxal à primeira vista, porque se trata de uma geografia geral que passa pela geografia regional do tipo clássico'. Os fundamentos da geografia geral da alimentação seriam os elementos diversos que caracterizam e definem as regiões, mas não as regiões em si mesmas. Passar-se-ia diretamente das realidades analisadas nos setores ou subsetores da sociedade e da economia para a geografia geral" (Santos, 1980:23).

Penso que, no estudo da alimentação e nutrição do brasileiro, não se trata de classificar tal ou qual indivíduo, ou de substituir a expressão "homem-máquina" pela expressão "homem-capital", ou de identificar a ignorância como elemento de nivelamento entre classes pobres e classes ricas. Tampouco se trata somente de distinguir, por exemplo, entre os que possuem os meios de produção e os que não os possuem, entre os que não comem e os que comem erradamente. O que importa é admitir, por hipótese, que tais distinções, entre outras, ocorrem no interior de um sistema socioeconômico determinado, no qual se estabelecem determinadas relações entre as diferentes classes. As classes têm um conteúdo sociocultural específico e concreto, no qual se configuram e se expressam não os hábitos alimentares, mas um modo de conceber o alimento e a vida no interior da cultura global de acordo com o momento histórico a que se referem.

Uma forma de ampliar o conhecimento deste processo de constituição da Educação Alimentar é pesquisando os condicionantes do seu desenvolvimento a partir de 1946: a) a história das instituições em que a ciência da nutrição/educação alimentar foi instituída; b) a continuidade das produções

científicas do grupo fundador, neste campo, no âmbito das instituições formadoras e de pesquisa; c) a história da vida intelectual do grupo fundador; d) os possíveis modos de engajamento político deste grupo; e e) em que medida a base cognitiva da educação alimentar constituída no anos de 1934 a 1946 foi sendo incorporada nas instituições formadoras e de pesquisa e foi se transformando na Educação Nutricional contemporânea, de modo a identificar os possíveis elos de continuidade e mudança temática nesse processo.

Em conclusão, é de bom alvitre construir um matriz explicativa pela qual se possa apreender o conteúdo sociocultural da alimentação, no âmbito das relações que permeiam as diferentes classes sociais, no interior do sistema socioeconômico brasileiro, considerando o momento histórico a que se referem. Isto poderá projetar um novo campo de visibilidade sobre a questão alimentar, redefinindo o objeto da Educação Nutricional em bases históricas e propriamente culturais.

Referências Bibliográficas²

- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. Tradução por Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 1993.
- LACOSTE, Y. *A geografia isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.
- LE GOFF, J. *História e memória*. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1994.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova. Da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 2a. ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- SCHAFF, A. *História e Verdade*. 6a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995

² A bibliografia completa deste trabalho pode ser encontrada na tese mencionada na página 9.

ANEXO

**Obras Seleccionadas para o Estudo da Gênese e Constituição da
Educação Alimentar no Período de 1934 a 1946**

Autor	Título	Local / Editora	Ano
BOTELHO, Thalino.	<i>Pequenos fundamentos da boa alimentação.</i>	Rio de Janeiro / Serv. de Prop. e Ed. Sanitária.	1938
CARMO, José Messias do.	<i>Política alimentar brasileira.</i>	Rio de Janeiro / Soc. Brasileira de Nutrição.	1937
CARMO, José Messias do.	<i>Nutrição. Conferências.</i>	Rio de Janeiro / Liv. Ateneu.	1942
CASTRO, Josué de.	<i>O problema alimentar brasileiro.</i> Com um prefácio de Pedro Escudero.	São Paulo/Companhia Editora Nacional.	1934
CASTRO, Josué de.	<i>A alimentação brasileira à luz da geografia humana.</i>	Porto Alegre / Liv. Globo.	1937
CASTRO, Josué de.	<i>Geografia da fome: a fome no Brasil.</i>	Rio de Janeiro / O Cruzeiro.	1946
COSTA, Dante N.	<i>Bases da alimentação racional.</i>	São Paulo / Edit. Nacional.	1938
COSTA, Dante N.	<i>Criança, as atividades agrícolas e a alimentação.</i>	Rio de Janeiro / Ministério Agricultura.	1945
COUTINHO, Ruy.	<i>O valor social da alimentação.</i>	Rio de Janeiro / Edit. Bib. Divulgação Scientifica.	1937
MENDONÇA, Sálvio de Souza.	<i>Noções Práticas de alimentação.</i>	Rio de Janeiro / Oscar & Mano.	1938
MOSCOSO, Alexandre.	<i>Alimentação do trabalhador. 2^a. Edição.</i>	Rio de Janeiro / Tipografia Italiana.	1939

PEREGRINO JÚNIOR, J.	<i>Alimentação: problema nacional.</i>	Rio de Janeiro / Off. Graph. Mauá.	1941
SIQUEIRA, Rubens de.	<i>Alimentação. Questões brasileiras da atualidade.</i>	Rio de Janeiro.	1940
SIQUEIRA, Rubens de.	<i>Cartilha alimentar do homem rural.</i>	Rio de Janeiro / SIA / Ministério da	1946